

Textos para Discussão N° 28

Secretaria do Planejamento e Gestão
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do RS

Hélio Puig Gonzalez
Ricardo Rossi da Silva Couto
Salvatore Santagada

Porto Alegre, abril de 2008



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário: Ariosto Antunes Culau



DIRETORIA

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Roberto da Silva Wiltgen

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Míriam De Toni

Informações Estatísticas: Adalberto Alves Maia Neto

Informática: Luciano Zanuz

Editoração: Valesca Casa Nova Nonnig

Recursos: Alfredo Crestani

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

www.fee.tche.br

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do RS

Hélio Puig Gonzalez

Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS; Bacharel em Economia e Técnico da FEE. E-mail: puig@fee.tche.br

Ricardo Rossi da Silva Couto

Especialista em Administração pela UFRGS; Engenheiro Mecânico, Economista e Técnico da FEE. E-mail: couto@fee.tche.br

Salvatore Santagada

Mestre em Sociologia pela UFRGS; Sociólogo e Técnico da FEE. E-mail: salvatore@fee.tche.br

Resumo:

Com o intuito de avaliar em que medida as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio vêm sendo efetivadas nos municípios do Rio Grande do Sul, a equipe do Núcleo de Indicadores Sociais do Centro de Informações Estatísticas da FEE, por solicitação do Fórum Permanente de Responsabilidade Social do Rio Grande do Sul - Fórum RS, realizou um diagnóstico, compatibilizando objetivos, metas e indicadores com as bases estatísticas municipais disponíveis. Nesse sentido, foram escolhidos sete macroobjetivos, nove metas e 18 indicadores, adaptados à fonte de dados disponível e à escala dos 496 municípios gaúchos.

*Os indicadores dos ODM apontam que o RS apresenta sete metas nas categorias **Alcançado** e **A caminho** que, caso sustentem o desempenho até o momento efetivado, certamente chegarão ao resultado proposto para o ano de 2015; outras 11 metas alcançaram as categorizações **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa** e se persistirem nesse desempenho não atingirão os resultados almejados para 2015.*

Abstract

With the intention of evaluating in what measure the Millennium Development Goals are being achieved in the cities of Rio Grande do Sul, the team of the Nucleus of Social Indicators of the Center of Statistical Information of FEE, for request of the Permanent Forum of Social Responsibility of Rio Grande do Sul - Fórum RS, accomplished a diagnosis, turning the objectives, goals and indicators compatible with the municipal statistical bases available. In that sense, seven macro objectives, nine goals and 18 indicators were chosen and adapted to the available data and the scale of the 496 municipalities of Rio Grande do Sul.

*The indicators of MDGs points that RS presents seven goals in the categories **Reached** and **On the way** that, in case they sustain the performance, they certainly will arrive to the result proposed for the year of 2015; other 11 goals reached the categorizations **Slow progress** and **No change or negative change** and, if they persist in that performance, they will not reach the results longed for 2015.*

Palavras-Chave

Pobreza; Indicadores Sociais; Responsabilidade Social; Desenvolvimento Social; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Keywords

Poverty; Social Indicators; Social Responsibility; Social Development; Millennium Development Goals.

Código de Classificação do Jel: I1, I2, I3, O15

1 Introdução

Em setembro de 2000, a Organização das Nações Unidas, ao analisar os problemas mundiais, estabeleceu os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**, conhecidos também como os “oito jeitos de mudar o mundo”. A Declaração do Milênio reflete as preocupações de 147 chefes de Estado e de governo de 191 países e determina o compromisso compartilhado com a sustentabilidade do Planeta. Os **ODM** perfazem um conjunto de oito objetivos, divididos em 18 metas e em 48 indicadores a serem atingidos, pelos países signatários, até o ano de 2015, através de ações dos governos e da sociedade.

Com o intuito de avaliar em que medida as metas dos **ODM** vêm sendo efetivadas nos municípios do Rio Grande do Sul, a equipe¹ do Núcleo de Indicadores Sociais do Centro de Informações Estatísticas da FEE, por solicitação do Fórum Permanente de Responsabilidade Social do Rio Grande do Sul - Fórum RS, realizou um diagnóstico, compatibilizando objetivos, metas e indicadores com as bases estatísticas municipais disponíveis. Nesse sentido, foram escolhidos sete objetivos², nove metas³ e 18 indicadores, adaptados à fonte de dados disponível e à escala dos 496 municípios gaúchos, conforme Quadro 1.

Para o diagnóstico desses objetivos e dessas metas, foram criados critérios de avaliação – **categorizações** – para cada um dos 18 indicadores selecionados, levando-se em consideração o comportamento do indicador atingido até o último ano estatístico disponível para a base municipal. São eles:

Alcançado - considera-se que, nesse indicador já se alcançou a meta. O fato de se afirmar que a meta estipulada já foi atingida não significa que ela venha a se manter assim até 2015;

A caminho - considera-se que, nesse indicador, se alcançará a meta até 2015, se mantiver o ritmo de melhora em curso;

A caminho/Avanço lento - em alguns municípios, não foi possível identificar a categorização. Nesse indicador, há melhoras, mas não é identificado o ritmo de mudança;

Avanço lento - há melhora no indicador, mas, mantido o ritmo, a meta não será atingida até 2015;

¹ Os autores agradecem a colaboração de Adalberto Alves Maia Neto; Adelar Fochezatto, Alberto Luiz Campos Medeiros; Carlos Roberto Winckler; Ezequiel Dias de Oliveira; Guilherme Assis de Almeida; Ivete Lopes Figueiró, João Henrique Ferreira Flores; Josué Klafke Sperb; Maria Amélia Pinto Leão; Marília Forster de Freitas Lima; Marília Regina de Carvalho Chukst; Roselane Vial e Martinho Lazzari.

² O oitavo ODM, que visa estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, tem como uma de suas metas, em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações. O indicador dessa meta e esse objetivo foram excluídos porque ela possui apenas um indicador passível de ser considerado no plano municipal: linhas telefônicas e assinaturas de celulares por 100 habitantes (mas os dados disponíveis não oferecem uma abertura separando as ligações residenciais das comerciais). O segundo ODM, que visa atingir o ensino básico universal, refere-se, neste trabalho, somente ao ensino fundamental; o sexto ODM, originalmente visa combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, mas, dada a dificuldade de quantificação da malária por sua baixa incidência no RS, neste trabalho ela fica excluída da análise aparecendo com destaque a tuberculose.

³ Em relação à tuberculose, o compromisso foi ajustado ao Plano Mundial para Deter a Tuberculose da Organização Mundial da Saúde (OMS), que estabelece a meta de reduzir pela metade o número de casos e de mortes entre 1990 e 2015.

Nenhuma mudança ou mudança negativa - nessa categoria, o indicador ou não apresenta nenhuma mudança, ou apresenta mudança negativa até o último ano estatístico disponível.

2 Resultados

2.1 Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares *per capita* inferiores a meio salário mínimo.

O Rio Grande do Sul foi classificado na categoria **A caminho**, ou seja, avalia-se que o Estado alcançará a meta estabelecida de reduzir pela metade, até 2015, a proporção de indivíduos com renda domiciliar inferior a meio salário mínimo, se o indicador mantiver o ritmo de melhora em curso. (Tabela 1).

Tabela 1

Redução dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		REDUÇÃO DOS INDIVÍDUOS COM RENDA DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i> INFERIOR A MEIO SM			PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
			Número	%	Número	
	Alcançado	127	27,2	145 469	56,7	5,5
A caminho	267	57,2	488 846	31,2	18,6	44,1
Avanço lento	69	14,8	20 557	3,2	0,8	30,1
Nenhuma mudança ou mudança negativa	4	0,9	-28 006	-17,11	-1,1	17,3
TOTAL DO RS (A caminho)	467	100,0	626 866	-	23,8	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

No período 1991-00, houve uma redução de 626.866 pessoas economicamente ativas com rendas inferiores a meio salário mínimo. No Estado, 394 municípios (84,4% do total), com 52,6% da população, obtiveram, em 2000, as categorizações **Alcançado** ou **A caminho**.

Em 73 municípios, 15,6% do total do Estado, categorizados como de **Avanço lento** ou de **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, apresenta-se uma situação preocupante. Nos 14,8% dos municípios categorizados como de **Avanço lento**, houve melhora no indicador, mas, mantido o ritmo, a meta não será atingida em 2015. Em 0,9% dos municípios restantes, o indicador apresentou categorização de **Nenhuma mudança ou mudança negativa** até o último ano estatístico disponível, demonstrando, em ambos os casos, que a meta não será atingida em 2015. Esses municípios correspondiam a 47,4% da população total do RS.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Paraí, Nova Bassano, São Valentim do Sul, Boa Vista do Sul, Montauri, Vale Real, União da Serra, São José do Hortêncio, Tupandi e Anta Gorda.

Escolhendo outro indicador, nos municípios do Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, no ano 2000, 4.299.567 pessoas viviam em condições precárias de existência. Considera-se que grande parte delas não percebia nem um salário mínimo, o que equivalia a 50,9% das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Dentro desse percentual, os indivíduos sem rendimento equivaliam a 35,0%, e 15,9% e recebiam até um salário mínimo.

A abrangência do indicador escolhido pelo PNUD para categorizar pobreza, que é de meio salário mínimo, mostra-se insuficiente e contradiz a legislação do Brasil. Perante a realidade do custo da ração do salário mínimo⁴ para atender às necessidades vitais básicas, segundo a Constituição, uma renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo, representa condições de precariedade e de extrema pobreza.

2.2 Taxa de crianças com baixo peso ao nascer

O Rio Grande do Sul apresenta taxas médias anuais realizadas de redução que o levam à categorização **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, o que significa que, nesse indicador, não alcançará a meta de redução pela metade em 2015 (Tabela 2).

Tabela 2

Crianças com baixo peso ao nascer, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2005

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		CRIANÇAS COM BAIXO PESO AO NASCER		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%	Número	%	
Alcançado	82	16,5	57	0,4	2,6
A caminho	38	7,7	154	1,2	2,2
Avanço lento	102	20,6	3 120	23,4	24,1
Nenhuma mudança ou mudança negativa	274	55,2	9 971	75,0	71,1
TOTAL DO RS (Nenhuma mudança ou mudança negativa)	496	100,0	13 302	100,0	100,0

FONTES: FEE/CIE/NIS.

⁴ A legislação que obriga o pagamento, sob as penas da lei, do salário mínimo foi promulgada no dia 1º de maio de 1940, com base nos artigos 12 da Lei nº. 185, de janeiro de 1936, e 45 do Decreto-Lei nº 399, de 30.04.1938. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV, o salário mínimo necessário “é o salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim. Foi considerado, em cada mês, o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chega-se ao salário mínimo necessário”. O salário mínimo nominal, em outubro de 2000, era de R\$ 151,00, e o necessário, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), era de R\$ 1.030,05. (LEGISLAÇÃO..., 2006)

Os 376 municípios com categorizações **Avanço lento** ou **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, que correspondem a 75,8% dos municípios, apresentam 98,4% dos casos de crianças com baixo peso ao nascer e contemplam 95,2% da população do Estado. Os 120 municípios restantes ficam como **Alcançado** ou **A caminho** e equivalem a 1,6% do número de casos em 24,2% dos municípios, que englobam 4,8% da população do Estado.

Se esses municípios mantiverem as taxas anuais médias realizadas de redução do indicador de mortalidade infantil nesse patamar, e se não houver nenhuma mudança nas políticas sociais, estima-se que continuarão na classificação **Nenhuma mudança ou mudança negativa** em 2015.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Vista Alegre, Eugênio de Castro, Pinhal da Serra, Garruchos, Capão Bonito do Sul, Almirante Tamandaré do Sul, Nova Boa Vista, Jari, Boa Vista do Incra e, empatados na décima colocação, Lagoa dos Três Cantos e Sete de Setembro.

2.3 Percentual de não escolarizados no ensino fundamental na faixa etária de sete a 14 anos de idade

O RS está classificado na categoria **A caminho**. A meta de zerar o percentual de crianças e jovens não escolarizados no ensino fundamental está próxima de ser alcançada, pois o desempenho do Estado está ancorado em 455 municípios (97,4% do total) classificados nessa categoria, com 96,86% do total da população do Estado, o que aponta para a quase universalização desse nível de ensino (Tabela 3).

Tabela 3

Não escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS — 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		NÃO-ESCOLARIZADOS DE SETE A 14 ANOS		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%	Número	%	
Alcançado	0	0,0	0	0,0	0,00
A caminho	455	97,4	73 967	95,9	96,86
Avanço lento	11	2,4	3 078	4,0	3,11
Nenhuma mudança ou mudança negativa	1	0,2	57	0,1	0,03
TOTAL DO RS (A caminho)	467	100,0	77 102	100,0	100,00

FONTE: FEE/CIE/NIS.

O número absoluto de **não escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos**, entre 1991 e 2000, alcançou uma expressiva redução e passou, respectivamente, de um total de 194.849 para 77.102 crianças e jovens não escolarizados.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Piratini, Vespasiano Correa, São Martinho da Serra, Viadutos, Ajuricaba, Erval Grande, Dois Irmãos, Dom Feliciano, Centenário e Carlos Gomes.

2.4 Percentual de não alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos

O RS insere-se na categoria **A caminho**, pois sua taxa anual média de crescimento realizada foi bem superior à taxa necessária para atingir a meta de reduzir em 100% o número de pessoas não alfabetizadas. Caso o Estado continue mantendo esse desempenho, a meta proposta será alcançada até 2015 (Tabela 4).

Tabela 4

Não alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS — 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		NÃO-ALFABETIZADOS DE 15 A 24 ANOS		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%	Número	%	
Alcançado	1	0,2	0	0,0	0,03
A caminho	371	79,4	29 943	93,0	94,35
Avanço lento	64	13,7	1 606	5,0	4,23
Nenhuma mudança ou mudança negativa	31	6,6	664	2,1	1,40
TOTAL DO RS (A caminho)	467	100,0	32 213	100,0	100,00

FONTE: FEE/CIE/NIS.

O número absoluto de não alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos, entre 1991 e 2000, alcançou uma expressiva redução, pois passou de um total de 57.163 para 32.213 pessoas não alfabetizadas.

Somente um município havia atingido a meta de zerar o número de pessoas não alfabetizadas (**Alcançado**). O Município de Monte Belo do Sul, já no ano 2000, alcançou a meta proposta pela ONU aos Países-membros para 2015.

Os municípios que estão próximos de alcançarem a meta em 2015 (**A caminho**), caso permaneçam e/ou melhorem suas taxas anuais médias de redução observadas entre 1991 e 2000, somam 371, equivalem a 79,4% dos municípios do Estado e abrangem 94,35% da população estadual. Nesses municípios, existem 29.943 pessoas não alfabetizadas, ou seja, há 93,0% do total de pessoas nessa situação.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Monte Belo do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Barra Funda, Ubiretama, Coqueiros do Sul, Travesseiro, Senador Salgado Filho, Fagundes Varela, União da Serra e Poço das Antas.

2.5 Razão entre o número de mulheres e homens no ensino fundamental

O RS insere-se na categoria **Alcançado**, pois a razão entre mulheres e homens no ensino fundamental se manteve num patamar próximo do intervalo recomendado, que vai de 0,900 a 1,100. A razão apresentava-se um pouco mais favorável aos homens nesse nível de ensino do que para as mulheres. Em 2000, eram necessárias 57.300 mulheres para se alcançar a igualdade de gênero. (Tabela 5).

Tabela 5

Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental, por categorias, número necessário para igualar a razão, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS — 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		MULHERES (A)	HOMENS (B)	NÚMERO DE MULHERES (B - A)		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%			Número	%	
Alcançado	258	55,2	705 571	741 942	36 371	5,2	83,5
A caminho	25	5,4	14 571	16 087	1 516	10,4	1,8
Avanço lento	6	1,3	2 174	2 718	544	25,0	0,3
Nenhuma mudança ou mudança negativa	178	38,1	114 726	133 595	18 869	16,4	14,5
TOTAL DO RS (Alcançado)	467	100,0	837 042	894 342	57 300	6,8	100,0

FORNTE: FEE/CIE/NIS.

O número de municípios na categoria **Alcançado** totalizou 258, que representavam 55,2% dos municípios do Estado e correspondiam a 83,5% do total da população. O número de mulheres necessário, em 2000, para alcançar a meta de igualdade de gênero era de 36.371.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Monte Alegre dos Campos, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha, Dom Feliciano, Boa Vista das Missões, Ijuí, Cerrito, Passa Sete, Jaguarí e Gentil.

Somando-se, nesse indicador, as categorias **Alcançado** e **A caminho**, elas abarcavam 60,6% do total dos municípios e 85,3% do total da população do Estado.

2.6 Razão entre o número de mulheres e homens no ensino médio

O RS insere-se na categoria **A caminho**. A razão apresentava-se mais favorável às mulheres no ensino médio do que para os homens. Em 2000, eram necessários 36.338 homens para alcançar a igualdade de gênero (Tabela 6).

Tabela 6

Razão entre mulheres e homens no ensino médio, por categorias, número necessário para igualar a razão, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS — 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		MULHERES (A)	HOMENS (B)	NÚMERO DE HOMENS NECESSÁRIOS (A - B)		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%			Número	%	
Alcançado	100	21,4	46 999	45 975	1 024	2,2	18,6
A caminho	156	33,4	80 182	68 412	11 770	14,7	29,7
A Caminho/Avanço lento	2	0,4	-	-	-	-	0,1
Avanço lento	32	6,9	20 511	17 218	3 293	16,1	7,6
Nenhuma mudança ou mudança negativa	177	37,9	115 031	94 780	20 251	17,6	44,1
TOTAL DO RS (A caminho) (1)	467	100,0	262 723	226 385	36 338	13,8	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

(1) Total de homens e mulheres freqüentando o ensino médio para 465 municípios.

A soma das categorias **Alcançado** e **A caminho** nesse indicador atingia um pouco mais da metade do número total dos municípios, ou seja, 54,8%, enquanto a participação de ambas as categorias em relação à população total do Estado ficava com 48,3%.

As categorias **Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa** abarcavam 51,7% do total da população do Estado, o que superava, em mais de três pontos percentuais, os municípios que tinham melhores condições de alcançar a meta da paridade entre os sexos.

Cem municípios estavam na categoria **Alcançado**, representando 21,4% dos municípios do Estado e 18,6% do total da população. O número de homens necessário, em 2000, para alcançar a igualdade de gênero era de 1.024.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Santo Cristo, Santana da Boa Vista, Morro Reuter, Ibirubá, Santo Expedito do Sul, Sapucaia do Sul, Ponte Preta, Floriano Peixoto, Santa Rosa e Três de Maio.

No RS, tem-se expandido, nos últimos anos, o acesso ao ensino médio, entretanto se está longe da universalização, como já é o caso do ensino fundamental. A taxa de escolarização líquida no ensino médio (jovens entre 15 e 17 anos), no Estado, era de 45,3% em 2000, taxa superior à brasileira.

2.7 Razão entre o número de mulheres e homens no ensino superior

O RS aparece na categoria **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, pois a razão, nesse indicador, se manteve num patamar acima da igualdade. A razão apresentava-se mais favorável às mulheres no ensino superior do que para os homens, já que, no ano 2000, eram necessários 36.152 homens no ensino superior para alcançar a igualdade de gênero (Tabela 7).

Existiam 243 municípios na categoria **Nenhuma mudança ou mudança negativa**. Estes representavam 52,0% do total dos municípios do Estado e correspondiam a 60,5% do total da população estadual.

O percentual de homens necessário nessa categoria, em 2000, para igualar o mesmo número de mulheres era da ordem de 24,9% e, em números absolutos, chegava a 24.554.

A soma das categorias **Nenhuma mudança ou mudança negativa** e **Avanço lento** nesse indicador alcançava 59,9% do número total dos municípios, enquanto a participação de ambas as categorias em relação à população total do Estado chegava a quase três quartos, ou seja, 73,8%.

Tabela 7

Razão entre mulheres e homens no ensino superior, por categorias, número necessário para igualar a razão, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS — 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		MULHERES (A)	HOMENS (B)	NÚMERO DE MULHERES NECESSÁRIO (B - A)		NÚMERO DE HOMENS NECESSÁRIO (A - B)		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%			Número	%	Número	%	
Alcançado	30	6,4	4 181	4 213	32	0,8	-	-	3,7
A caminho	101	21,6	22 586	16 816	-	-	5 770	25,5	19,2
A Caminho/Avanço lento	40	8,6	-	-	-	-	-	-	2,6
Avanço lento	37	7,9	17 917	12 057	-	-	5 860	32,7	13,3
Nenhuma mudança ou mudança negativa	243	52,0	98 481	73 927	-	-	24 554	24,9	60,5
Sem categorização	16	3,4	-	-	-	-	-	-	0,7
TOTAL DO RS (Nenhuma mudança ou mudança negativa) (1)	467	100,0	143 165	107 013	-	-	36 152	25,3	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

(1) Total de homens e mulheres freqüentando o ensino superior para 411 municípios.

A busca da meta da igualdade de gênero no ensino universitário está longe de se tornar realidade, tendo em vista a situação acima descrita, bem como pela existência de uma pequena oferta de vagas em relação à demanda potencial.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Ajuricaba, Porto Mauá, Pinhal, Mato Castelhano, Rio Pardo, Santo Ângelo, Passo do Sobrado, Alegria, Lagoa dos Três Cantos e Três de Maio.

2.8 Razão entre o número de mulheres e homens alfabetizados na faixa de 15 a 24 anos

O RS insere-se na categoria **Alcançado** nesse indicador, pois a razão se manteve num patamar próximo da igualdade entre mulheres e homens. A razão apresentava-se levemente favorável aos homens quanto à alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos. Em 2000, eram necessárias 13.340 mulheres para alcançar a igualdade de gênero (Tabela 8).

Tabela 8

Razão entre mulheres e homens alfabetizados, na faixa etária de 15 a 24 anos, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS — 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		MULHERES (A)	HOMENS (B)	NÚMERO DE MULHERES NECESSÁRIO (B - A)		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%			Número	%	
Alcançado	355	76,0	847 650	854 423	6 773	0,8	94,7
A caminho	4	0,9	1 053	1 189	136	12,9	0,1
Avanço lento	4	0,9	3 688	4 087	399	10,8	0,4
Nenhuma mudança ou mudança negativa	104	22,3	36 152	42 184	6 032	16,7	4,7
TOTAL DO RS (Alcançado)	467	100,0	888 543	901 883	13 340	1,5	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

O número de municípios na categoria **Alcançado** totalizou 355, representando 76,0% dos municípios e 94,7% da população do Estado. O número de mulheres necessário, em 2000, para a meta de igualdade de gênero era de apenas 6.773.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Três de Maio, Ipiranga do Sul, Carazinho, Pantano Grande, Arroio dos Ratos, São Jorge, Vale Real, Morro Redondo, Boa Vista das Missões e Pinheiro Machado.

No RS, apesar da pequena diferença favorável aos homens na alfabetização, na faixa etária entre 15 e 24 anos, pode-se falar em igualdade entre os sexos, nesse indicador.

2.9 Proporção de mulheres no total de assalariados

O Rio Grande do Sul foi classificado, no ano de 2004, na categoria **Avanço lento**, o que indica que houve melhoras no indicador, mas, mantido o ritmo, não será atingido o objetivo da igualdade entre os sexos na oferta de empregos até 2015. Para promover a igualdade, deveriam ter sido gerados 14,4% (135.140) de novos empregos para o sexo feminino, conforme as metas do milênio (Tabela 9).

Tabela 9

Empregos necessários às mulheres para promover a meta da igualdade entre os sexos, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2004

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		EMPREGOS NECESSÁRIOS ÀS MULHERES PARA PROMOVER A META DE IGUALDADE ENTRE OS SEXOS		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
			Absoluto	%	
	Número	%			
Alcançado	27	5,4	-1 090	-0,4	15,2
A caminho	160	32,3	20 236	9,1	26,6
Avanço lento	155	31,3	79 098	25,9	40,4
Nenhuma mudança ou mudança negativa	154	31,0	36 896	32,3	17,8
TOTAL DO RS (Avanço lento)	496	100,0	135 140	14,4	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

Trezentos e nove municípios do Estado, correspondentes a 62,3% do total dos municípios e que abrangiam 58,2% da população total, estavam, em 2004, longe de alcançarem a igualdade entre os sexos na oferta de empregos até 2015, pois, mantido o ritmo atual, não alcançarão a meta. Do conjunto desses municípios, 155 (31,3% do total) estão categorizados como de **Avanço lento**, demonstrando que houve melhoras no indicador e 154 (31,0% do total) aparecem como de **Nenhuma mudança ou mudança negativa**. Esses municípios precisariam aumentar em 27,6% (115.994) a oferta de novos empregos, para reverter as atuais taxas anuais de crescimento médio.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Morro Redondo, Riozinho, Cerro Grande do Sul, Crissiumal, Sinimbu, Cidreira, Sede Nova, Colinas, São Francisco de Assis e Xangri-lá.

No Rio Grande do Sul, com uma população de 10,7 milhões de habitantes, segundo a RAIS, existiam 2,2 milhões de trabalhadores assalariados⁵, dos quais 939.594 correspondiam aos trabalhadores do sexo feminino (42,8%).

A maior limitação desse ODM dá-se tendo em vista que a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher se relacionam também à necessidade da superação das desigualdades de salários e de escolaridade das mulheres.

No ano de 2004, as mulheres assalariadas tinham superioridade apenas na faixa de 0,5 a 1,5 salário mínimo e possuíam uma superioridade salarial de 1,6% em relação aos homens, perfazendo 7,8% do total de assalariados (Tabela 10).

Tabela 10

Desequilíbrio salarial, por faixas e gênero, razão entre mulheres e homens e total no RS – 2004

FAIXAS SALARIAIS	HOMENS		MULHERES		RAZÃO ENTRE MULHERES E HOMENS (%)		TOTAL	
	Número	%	Número	%		Número	%	
	Até 0,5 SM	4 315	0,20	4 045	0,2	-0,01	8 360	0,4
De 0,51 a 1,00 SM	21 098	0,96	31 251	1,4	0,46	52 349	2,4	
De 1,01 a 1,50 SM	115 103	5,25	140 029	6,4	1,14	255 132	11,6	
Subtotal do RS	136 201	6,21	171 280	7,8	1,60	307 481	14,0	
De 1,51 a 2,00 SMs	229 348	10,46	219 357	10	-0,46	448 705	20,5	
De 2,01 a 3,00 SMs	311 401	14,20	214 881	9,8	-4,40	526 282	24,0	
De 3,01 a 4,00 SMs	165 587	7,55	93 086	4,2	-3,31	258 673	11,8	
De 4,01 a 5,00 SMs	96 604	4,40	53 599	2,4	-1,96	150 203	6,8	
De 5,01 a 7,00 SMs	102 512	4,67	62 677	2,9	-1,82	165 189	7,5	
De 7,01 a 10,00 SMs	67 842	3,09	41 302	1,9	-1,21	109 144	5,0	
De 10,01 a 15,00 SMs	46 388	2,11	26 293	1,2	-0,92	72 681	3,3	
De 15,01 a 20,00 SMs	20 690	0,94	11 134	0,5	-0,44	31 824	1,5	
Mais de 20,00 SMs	34 389	1,57	15 280	0,7	-0,87	49 669	2,3	
Ignorado	38 461	1,75	26 660	1,2	-0,54	65 121	3,0	
TOTAL DO RS	1 253 738	57,16	939 594	42,8	-14,32	2 193 332	100,0	

FONTES: MTE/RAIS/FEE/CIE/NIS.

⁵ Ativos em 31.12.04 deste ano.

Considerando a insuficiência do estudo do comportamento do indicador da proporção de mulheres no total de assalariados do Estado, para alcançar o objetivo da igualdade entre os sexos na oferta de empregos até 2015, pesquisou-se a relação entre a escolaridade e a distribuição salarial da força de trabalho constante nas declarações da RAIS-MTE para o conjunto de municípios do Rio Grande do Sul.

Tabela 11

Níveis de escolaridade da força de trabalho, por gênero, e relação entre mulheres e homens no RS – 2004

GRAU DE INSTRUÇÃO	HOMENS		MULHERES		RAZÃO ENTRE MULHERES E HOMENS		TOTAL	
	Número	%	Número	%	%	Número	%	
Analfabeto	6 917	0,6	2 214	0,2	-0,2	9 131	0,4	
4ª série incompleta	61 104	4,9	21 522	2,3	-1,8	82 626	3,8	
4ª série completa	90 880	7,2	43 477	4,6	-2,2	134 357	6,1	
Subtotal até 4ª série	158 901	12,7	67 213	7,2	-4,2	226 114	10,3	
8ª série incompleta	242 253	19,3	117 091	12,5	-5,7	359 344	16,4	
8ª série completa	249 701	19,9	127 248	13,5	-5,6	376 949	17,2	
Subtotal até 8ª série	650 855	51,9	311 552	33,2	-15,5	962 407	43,9	
Ensino médio incompleto	138 523	11,0	81 831	8,7	-2,6	220 354	10,0	
Subtotal até o ensino médio incompleto	789 378	63,0	393 383	41,9	-18,1	1 182 761	53,9	
Ensino médio completo	296 967	23,7	302 110	32,2	0,2	599 077	27,3	
Superior incompleto	59 649	4,8	68 693	7,3	0,4	128 342	5,9	
Superior completo	107 744	8,6	175 408	18,7	3,1	283 152	12,9	
TOTAL DO RS	1 253 738	100,0	939 594	100,0	-14,3	2 193 332	100,0	

FONTES: MTE/RAIS/FEE/CIE/NIS.

O resultado encontrado para o nível de escolaridade da força de trabalho por gênero é o de que 41,9% dos assalariados do sexo feminino têm até o ensino médio incompleto. A escolarização dos assalariados revela uma posição melhor para o sexo feminino (3,1%) para aqueles trabalhadores que possuem o nível superior completo.

A distribuição salarial por faixa de renda dos trabalhadores com nível superior completo no Estado do Rio Grande do Sul, com base nos rendimentos de dezembro de 2004, aponta uma superioridade das mulheres, em termos da quantidade de trabalhadores, de 23,9%, (67.664 mulheres) em relação ao total de assalariados (283.152).

As mulheres com ensino superior completo estão em maioria nas faixas salariais de meio salário mínimo a 15 salários mínimos (28,18%) - Tabela 12.

Tabela 12

Trabalhadores com curso superior completo, por gênero, faixa de salário, e razão entre mulheres e homens no RS – 2004

FAIXAS SALARIAIS E TOTAL	HOMENS		MULHERES		RAZÃO ENTRE MULHERES E HOMENS	TOTAL	
	Número	%	Número	%	%	Número	%
Até 0,5 SM	199	0,1	293	0,1	0,03	492	0,2
De 0,51 a 1,00 SM	901	0,3	1.614	0,6	0,25	2.515	0,9
De 1,01 a 1,50 SM	1.563	0,6	4.158	1,5	0,92	5.721	2,0
De 1,51 a 2,00 SMs	3.422	1,2	10.897	3,8	2,64	14.319	5,1
De 2,01 a 3,00 SMs	7.193	2,5	26.144	9,2	6,69	33.337	11,8
De 3,01 a 4,00 SMs	7.062	2,5	21.448	7,6	5,08	28.510	10,1
De 4,01 a 5,00 SMs	7.140	2,5	19.015	6,7	4,19	26.155	9,2
De 5,01 a 7,00 SMs	12.576	4,4	29.059	10,3	5,82	41.635	14,7
De 7,01 a 10,00 SMs	15.700	5,5	22.766	8,0	2,50	38.466	13,6
De 10,01 a 15,00 SMs	16.486	5,8	16.641	5,9	0,05	33.127	11,7
Subtotal do RS	72.242	25,5	152.035	53,7	28,18	224.277	79,2
De 15,01 a 20,00 SMs	10.230	3,6	8.046	2,8	-0,77	18.276	6,5
Mais de 20,00 SMs	23.458	8,3	12.813	4,5	-3,76	36.271	12,8
Ignorado	1.814	0,6	2.514	0,9	0,25	4.328	1,5
TOTAL DO RS	107.744	38,1	175.408	61,9	23,90	283.152	100,0

FONTE: MTE/RAIS/FEE/CIE/NIS.

Os resultados apontam que, além do necessário incremento de novos empregos para promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher, se faz necessário o crescimento dos níveis salariais e de escolarização das mulheres, em que pesem os baixos salários e a baixa instrução de toda a força de trabalho.

Um dado significativo em relação aos baixos salários é que, no corte realizado para o ensino superior, em torno da metade das trabalhadoras não alcançou o piso mínimo profissional das categorias de trabalho, que é de seis salários mínimos.

2.10 Proporção de mulheres exercendo o mandato nas câmaras de vereadores

O RS está classificado na categoria **Avanço lento**, o que evidencia alguma melhora na participação feminina no período considerado, porém, mantido esse ritmo, a meta almejada não será atingida até 2015 (Tabela 13).

Tabela 13

Percentual de mulheres vereadoras necessário para igualar o dos homens, por categorias, por número de municípios e participação de suas populações no total RS – 2004

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		MANDATOS NECESSÁRIOS PARA IGUALAR MULHERES E HOMENS (%)	PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%		
Alcançado	9	1,8	9,5	2,4
A caminho	202	40,7	63,6	31,2
Avanço lento	70	14,1	69,8	34,2
Nenhuma mudança ou mudança negativa	215	43,3	93,5	32,1
TOTAL DO RS (Avanço lento)	496	100,0	76,4	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

Entre os 496 municípios investigados, constata-se que apenas nove se encontram na categoria **Alcançado** e correspondem a 2,4% da população do Estado. Desse conjunto, destacam-se Ajuricaba, Faxinalzinho, Jaguari, Pinheirinho do Vale, Esteio, Uruguaiana, Porto Mauá, Sete de Setembro e Três Cachoeiras. Nessa categoria, somente o Município de Esteio alcançou a paridade de 50% exatos, uma vez que os vereadores eleitos nessas câmaras, em sua maioria, são em número ímpar. A resolução do Superior Tribunal Eleitoral estabelece que o número de vereadores em cada câmara depende do número de habitantes do município.

A maioria (54,4%) dos municípios – num total de 285 – encontra-se nas categorias **Avanço lento** ou **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, evidenciando a tendência de não alcançarem a meta estipulada. O conjunto desses municípios abrange 66,3% da população do Estado. Caso se considere apenas a categoria **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, a presença masculina é absolutamente predominante, e teria sido necessário, em 2004, um acréscimo de 93,5% no número de vereadoras para que fosse atingida a paridade. Em que pese o acréscimo no número de vereadoras eleitas entre 1992 e 2004, que passou de 183 para 551, o percentual de mulheres eleitas em 2004 atingiu apenas 12,0% em um total de 4.584 representantes eleitos para as câmaras.

2.11 Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos

O Rio Grande do Sul apresenta taxas médias anuais realizadas que o levam à categorização **Avanço lento**, e estima-se que o indicador não alcançará a meta de redução em dois terços em 2015 (Tabela 14).

Tabela 14

Mortalidade em menores de cinco anos, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2005

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		MORTALIDADE EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%	Número	%	
	Alcançado	193	38,9	37	
A caminho	44	8,9	346	14,9	17,5
Avanço lento	94	19,0	1397	60,3	57,0
Nenhuma mudança ou mudança negativa	165	33,3	537	23,2	16,1
TOTAL DO RS (Avanço lento)	496	100,0	2317	100,0	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

Os 259 municípios, que são 52,3% do total do Estado, que têm categorizações **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, contêm 83,5% dos casos de mortalidade em menores de cinco anos, em 73,1% da população do RS. Os 237 municípios com as categorizações **Alcançado** e **A caminho** equivalem a 16,5% do número de casos em 47,8% dos municípios, que compõem 26,9% da população do Estado. Esses municípios obtiveram taxas anuais médias em 2005 e, se mantiverem o indicador de mortalidade em menores de cinco anos nesse patamar, provavelmente permanecerão com a categorização **Avanço lento** em 2015.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Caseiros, Itacurubi, Imigrante, Água Santa, Tio Hugo, Vanini, Tupandi, Santa Cecília do Sul, Montauri e Westfalia.

2.12 Taxa de mortalidade infantil

O Rio Grande do Sul apresenta taxas médias anuais realizadas que o levam à categorização **Avanço lento**, e estima-se que, nesse indicador, não se alcançará a meta de redução em dois terços até 2015. (Tabela 15).

Tabela 15

Mortalidade infantil, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2005

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		MORTALIDADE INFANTIL		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%	Número	%	
	Alcançado	212	42,7	30	
A caminho	39	7,9	218	10,9	13,1
Avanço lento	87	17,5	1282	64,3	61,6
Nenhuma mudança ou mudança negativa	158	31,9	465	23,3	15,3
TOTAL DO RS (Avanço lento)	496	100,0	1995	100,0	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

Os 251 municípios que estão nas categorizações **Alcançado** e **A caminho** correspondem a 50,6% do total do RS, compondo 23,1% da população do Estado. Os 245 municípios com as categorizações **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa** representam 49,4% do total e participam com 87,6% dos casos de mortalidade infantil, em 76,9% da população.

Esses municípios obtiveram taxas anuais médias realizadas em 2005, que, se mantidas, provavelmente permanecerão com a categorização **Avanço lento** em 2015.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Itacurubi, Imigrante, São Vendelino, Caseiros, Vanini, Tupandi, Westfalia, Campos Borges, Camargo e Vila Flores.

2.13 Taxa de mortalidade materna

O Rio Grande do Sul obteve taxas médias anuais realizadas que o levam a categorização **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, sinalizando que, nesse indicador, não se alcançará a meta de redução em três quartos até 2015 (Tabela 16).

Os 431 municípios com as categorizações **Alcançado** e **A caminho** possuem 1,0% dos casos de óbitos femininos por causas maternas e compõem 86,9% dos municípios do Estado. Essas duas categorizações englobam 39,0% da população total do RS. Os 65 municípios restantes podem ser classificados em **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa** e equivalem a 99,0% do número de casos de mortalidade materna em 13,1% dos municípios e a um total de 61,0% da população do Estado.

Tabela 16

Mortalidade materna, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2005

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		MORTALIDADE MATERNA		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%	Número	%	
Alcançado	430	86,7	0	0,0	37,2
A caminho	1	0,2	1	1,0	1,8
Avanço lento	6	1,2	6	6,2	6,1
Nenhuma mudança ou mudança negativa	59	11,9	90	92,8	54,9
TOTAL DO RS (Nenhuma mudança ou mudança negativa)	496	100,0	97	100,0	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

Esses municípios obtiveram taxas anuais médias realizadas, que, se mantiverem o indicador de mortalidade materna nesse patamar e se não houver nenhuma alteração nas políticas sociais, estima-se, permanecerão na categorização **Nenhuma mudança ou mudança negativa** em 2015.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Cambará do Sul, Santana da Boa Vista, Faxinalzinho, Nova Bassano, Itati, Terra de Areia, Augusto Pestana, Barão de Cotegipe, São Vicente do Sul e Redentora.

2.14 Taxa de incidência de HIV/AIDS entre as mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos

O Rio Grande do Sul obteve taxas médias anuais realizadas que o levam a categorização **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, sinalizando que, nesse indicador, não se alcançará a meta, que é parar e reverter a propagação da doença até 2015 (Tabela 17).

Tabela 17

Incidência de HIV/AIDS entre mulheres com idade de 15 a 24 anos, por categorias e número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2004

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		AIDS EM MULHERES COM IDADE DE 15 A 24 ANOS		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%	Número	%	
Alcançado	446	89,9	4	1,9	43,6
Nenhuma mudança ou mudança negativa	50	10,1	211	98,1	56,4
TOTAL DO RS (Nenhuma mudança ou mudança negativa)	496	100,0	215	100,0	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

Os 446 municípios com a categorização **Alcançado** correspondem a 89,9% do total, participam com 43,6% da população do Estado e com apenas 1,9% dos casos de incidência de casos de mortalidade em mulheres com idade de 15 a 24 anos. Os 50 municípios restantes estão categorizados em **Nenhuma mudança ou mudança negativa**.

Esses 50 municípios equivalem a 10,1% dos municípios do Estado. São responsáveis por 98,1% da mortalidade por HIV/AIDS em mulheres de 15 a 24 anos e correspondem a 56,4% da população. Obtiveram taxas anuais médias realizadas em 2004 e se forem mantidos nesse patamar e se não houver nenhuma mudança nas políticas de combate à doença, estima-se, permanecerão com a mesma categorização em 2015.

Os municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Vitória das Missões, Barra do Quaraí, Nova Santa Rita, Arroio do Padre, Turuçu, Rio Grande e Santo Ângelo.

2.15 Taxa de incidência de AIDS por município

O Rio Grande do Sul obteve taxas médias anuais realizadas que o levam à categorização **Nenhuma mudança ou mudança negativa**. Estima-se que, nesse indicador, não se alcançará a meta, que é deter e reverter a propagação da doença até 2015 (Tabela 18).

Tabela 18

Incidência de HIV/AIDS por municípios, por categorias, e participação percentual das populações municipais no total do RS – 2004

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		INCIDÊNCIA DE AIDS POR MUNICÍPIO		PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
	Número	%	Número	%	
Alcançado	326	65,7	11	0,4	17,2
Nenhuma mudança ou mudança negativa	170	34,3	3 085	99,6	82,8
TOTAL DO RS (Nenhuma mudança ou mudança negativa)	496	100,0	3 096	100,0	100,0

FONTES: FEE/CIE/NIS.

Os 326 municípios que estão na categorização **Alcançado** são 65,7% dos municípios e equivalem a 17,2% da população do Estado. Esses municípios apresentam apenas 0,4% de todos os casos de AIDS. Os 170 municípios restantes ficaram com a categorização **Nenhuma mudança ou mudança negativa**.

Esses 170 municípios equivalem a 34,3% do total do Estado. São responsáveis por 99,6% da mortalidade por AIDS e correspondem a 82,8% da população total. Se os municípios obtiverem taxas anuais como em 2004, se o indicador de mortalidade por AIDS se mantiver ao redor desse valor e se não houver nenhuma mudança nas políticas de combate à doença, estima-se que permanecerão com essa categorização em 2015.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Mata, Capela de Santana, Victor Graeff, Barra do Guarita, Derrubadas, Capivari do Sul, Palmares do Sul, Ronda Alta, União da Serra e Sertão.

2.16 Taxa de mortalidade ligada à tuberculose

O Rio Grande do Sul apresenta taxas médias anuais realizadas que o levam à categorização **Avanço lento**, e estima-se que, nesse indicador, não se alcançará a meta de reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015 (Tabela 19).

Os 425 municípios com as categorizações **Alcançado** e **A caminho** correspondem a 85,7% do total e compõem 62,5% da população do Estado. Esses municípios apresentam 34,6% de todos os casos de tuberculose. Os 71 municípios restantes, que correspondem a 14,3% do total do RS,

apresentam 65,4% dos casos de tuberculose, compondo 37,5% da população do Estado. Esses municípios estão nas categorias **Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa**.

Tais municípios obtiveram taxas anuais médias realizadas em 2004 e, se mantiverem o indicador de mortalidade de tuberculose próximo a essas taxas, estima-se, permanecerão com a categorização **Avanço lento** em 2015.

Tabela 19

Taxa de mortalidade por tuberculose, por categorias, municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2004

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		PARTICIPAÇÃO % DA			
			MORTALIDADE POR TUBERCULOSE		POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS	
	Número	%	Número	%		
Alcançado	419	84,5	21	7,5	45,0	
A caminho	6	1,2	76	27,1	17,5	
Avanço lento	14	2,8	59	21,1	16,6	
Nenhuma mudança ou mudança negativa	57	11,5	124	44,3	20,9	
TOTAL DO RS (Avanço lento)	496	100,0	280	100,0	100,0	

FONTE: FEE/CIE/NIS.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Campos Borges, Ivorá, Cerro Grande, Vista Alegre, Itacurubi, Segredo, São Vicente do Sul, Santa Maria do Herval, Arroio dos Ratos e Miraguaí.

2.17 Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral

O Rio Grande do Sul foi classificado, em média, no ano 2000, na categoria **A caminho**, o que indicava a necessidade de aumentar em 10,2% os domicílios com atendimento de água até 2015, com vistas a cumprir a meta estabelecida (Tabela 20).

Tabela 20

Domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral, por categorias, número de municípios e participação percentual de suas populações no total do RS – 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		DOMICÍLIOS SEM ACESSO A UM FONTE DE AGUA LIGADA À REDE GERAL				PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
			Situação Atual		Redução		
	Número	%	Número	%	Número	%	
Alcançado	85	18,2	62 747	13,3	31 374	6,6	15,7
A caminho	156	33,4	208 681	18,3	105 110	9,2	37,6
Avanço lento	112	23,9	196 119	19,7	98 060	9,8	32,0
Nenhuma mudança ou mudança negativa	114	24,4	149 690	35,2	74 845	17,6	14,3
TOTAL DO RS (A caminho)	467	100,0	618 775	20,3	309 388	10,2	100,0

FONTE: FEE/CIE/NIS.

Duzentos e quarenta e um municípios (51,6% do total), que abrangiam 53,3% da população total, estavam, no ano 2000, com a possibilidade de alcançar a meta, mantendo o ritmo realizado. Nesses, estão agrupados 85 municípios (18,2% do total), que já tinham atingido a meta estipulada **Alcançado** — não significando que ela venha a se manter até 2015 —, e 156 municípios (33,4% do total) que estavam perto de alcançá-la. **A caminho**, desde que conseguissem um aumento de 9,2% dos domicílios com atendimento de água. Como contraponto, 226 municípios (48,4% do total), que abrangiam 46,3% da população total do RS, mostravam que, apesar de o indicador revelar melhoras, mantido o ritmo de mudança, a meta não será atingida até 2015.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Salvador das Missões, Engenho Velho, São Pedro do Butiá, Pirapó, Cerro Largo, Muçum, Nova Boa Vista, Campina das Missões, Rondinha e Quinze de Novembro.

No Rio Grande do Sul, com uma população de 10,3 milhões de habitantes no ano 2000, existiam, pelo **Censo Demográfico** do IBGE, 3,0 milhões de domicílios particulares permanentes. Destes, 2,4 milhões (2.423.264) tinham abastecimento de água tratada (79,7%).

A maior limitação da fonte de pesquisa, o **Censo Demográfico** do IBGE, está em não especificar a qualidade do tratamento das águas nas ligações provenientes da rede geral, no que diz respeito à meta do milênio específica atribuída a esse indicador, que é a de reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem água potável segura.

Considerou-se como indicativo de água potável segura um certo tratamento de água em toda fonte de abastecimento proveniente de uma rede geral canalizada.

No sentido de se compreenderem as limitações nas condições de tratamento, distribuição e abastecimento de água bruta tratada, ter-se-ia que responder à questão de se o simples acesso à água tratada, que é a medida do indicador utilizado nesta pesquisa, é o suficiente para garantir a questão da potabilidade segura da água.

No Rio Grande do Sul, o tratamento das águas brutas é do tipo convencional, sendo diferenciado apenas nas regiões do Pólo Petroquímico e do Complexo Automotivo de Gravataí.

A geração crescente de cargas poluidoras, que causam impactos ambientais nos recursos hídricos, está associada ao desenvolvimento de parques industriais — em suas bases municipais, nas demais regiões do Estado — e à intensificação do uso da terra nas áreas rurais. Como conseqüência, a água bruta a ser tratada, além da carga orgânica biodegradável, apresenta os seguintes elementos e substâncias: metais — ferro, níquel, cobre, cádmio, cromo, mercúrio, chumbo, alumínio, patina, etc.; sais dissolvidos; solventes e combustíveis; os herbicidas, inseticidas, pesticidas — produtos organoclorados e fosforados —, além de microorganismos patogênicos (coliformes fecais e totais), que exigem sofisticados sistemas e tecnologias de tratamento.

Torna-se fundamental, então, reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água tratada e, na mesma proporção, atender também à necessidade de qualificar, adequadamente e de forma segura, o tratamento das águas brutas com investimentos públicos intensificados. Além disso, é necessário enfrentar outro problema, que é o da escassez crescente das fontes hídricas.

2.18 Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial⁶

O Rio Grande do Sul foi classificado, no ano 2000, na categoria de **Avanço lento**, o que indicava a necessidade de aumentar em 36,3% os domicílios ligados à rede geral de esgoto ou pluvial, com vistas a cumprir a meta estabelecida. (Tabela 21).

Quatrocentos e dezoito (89,5%) municípios, a quase-totalidade do Estado, que abrangiam 69,7% da população, estavam, no ano 2000, comprometidos na possibilidade de alcançarem a meta do milênio, mantido o ritmo realizado, uma vez que faltava atender, com ligação à rede geral de esgoto ou pluvial, a 39,6% dos domicílios do Estado. Nesses, estão agrupados 67,0% do total dos municípios, categorizados como de **Avanço lento**, que, embora tenham revelado melhoras no indicador, em se mantendo o mesmo ritmo, não atingirão a meta até 2015. Isso se dá, porque 39,5% dos domicílios ainda não haviam sido atendidos e 105 (22,5 % do total) — que foram categorizados como de **Nenhuma mudança ou mudança negativa** — deveriam ter reduzido em 39,9% os domicílios sem saneamento básico.

Os 10 municípios que mais se destacaram no cumprimento da meta desse indicador foram Caxias do Sul, Vacaria, Barra do Ribeiro, Lagoa Vermelha, São Sepé, Camaquã, Candiota, Tapes, Bom Jesus e Frederico Westphalen.

Tabela 21

Domicílios sem acesso à rede de esgoto cloacal e/ou pluvial, por categorias, número de municípios, e participação percentual de suas populações no total do RS – 2000

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS		DOMICÍLIOS SEM ACESSO À REDE DE ESGOTO CLOACAL E/OU PLUVIAL				PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL DO RS
			Situação Atual		Redução		
	Número	%	Número	%	Número	%	
Alcançado	9	1,9	53 297	30,4	26 649	15,2	5,7
A caminho	40	8,6	462 597	63,3	231 299	31,7	24,6
Avanço lento	313	67,0	1 449 598	79,1	724 799	39,5	59,7
Nenhuma mudança ou mudança negativa	105	22,5	242 253	79,8	121 127	39,9	9,9
TOTAL DO RS (Avanço lento)	467	100,0	2 207 745	72,6	1 103 873	36,3	100,0

FONTES: FEE/CIE/NIS.

No Rio Grande do Sul, com uma população de 10,3 milhões de habitantes no ano 2000, existiam, pelo **Censo Demográfico** do IBGE, 3,0 milhões de domicílios particulares permanentes. Desses, 834,3 mil estavam ligados à rede geral de esgoto ou pluvial (27,4%).

⁶ Refere-se àqueles domicílios ligados à rede geral ou pluvial quando a canalização das águas servidas e dos dejetos provenientes de banheiros ou dos sanitários estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada.

A maior limitação da fonte de pesquisa, o **Censo Demográfico** do IBGE, está em não qualificar as economias atendidas⁷, as condições da coleta⁸ e do tratamento dos esgotos no que diz respeito à meta do milênio específica atribuída a esse indicador, que é a de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso permanente a melhores condições de saneamento.

Essas limitações não impedem de se discutir a questão da necessidade da universalização do serviço, ainda que este não qualifique um sistema fechado de esgotamento cloacal (o sistema separador absoluto) e não traga a dimensão do seu problema, que são os processos de tratamento dos resíduos e despejos cloacais, por contribuírem estes com as situações de desastres ambientais, que se agravam com a escassez da água e com o efeito estufa.

Considerou-se como indicativo de melhores condições de saneamento uma certa condição de saneamento estabelecida nas ligações dos domicílios na rede geral de esgoto ou na pluvial.

Além de não haver argumentos técnicos para retirar do sistema separador absoluto⁹, ou esgoto cloacal, suas características de racionalidade, a construção e a instalação de infra-estrutura básica e equipamentos comunitários - dentre eles o do escoamento das águas pluviais e das redes de esgoto e abastecimento de água potável - estão regulamentadas na Lei do Parcelamento do Solo Urbano, de nº 6.766, de 19.12.1979¹⁰.

No sentido de se compreenderem as limitações nas condições de saneamento, ter-se ia que responder à questão de se o simples acesso a uma rede geral cloacal ou pluvial, que é a medida do indicador utilizada nesta pesquisa, misturada ainda com os dados da rede pluvial, é o suficiente para garantir a questão da sustentabilidade ambiental e da visão integrada entre a rede coletora fechada e o tratamento¹¹, pois as legislações ambiental¹² e da saúde estabelecem parâmetros para o lançamento de efluentes em corpos receptores e de potabilidade da água.

⁷ Há falta de dados sobre o número de ligações, extensão da rede e economias atendidas.

⁸ Não estão separados os domicílios atendidos pela rede cloacal dos atendidos pela rede pluvial, o que gera problemas, devido ao escoamento pluvial ser um sistema aberto, onde as águas e os resíduos são dispersos em vias públicas ou em terrenos particulares, contaminando a região.

⁹ Aquele que representa um sistema fechado imune a contaminações.

¹⁰ Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, (alterada pela Lei n. 9.785, de 29 de janeiro de 1999), Art. 2º, das Disposições Preliminares, § 5º Consideram-se infra-estrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

¹¹ O tratamento das águas brutas e/ou servidas através de uma canalização fechada e imune a contaminações significa evitar as zoonoses vetoriais e os efeitos ambientais a partir das contaminações locais e garantir o bombeamento destas para lugares ou regiões, em sistema fechado para o tratamento dos resíduos finais oriundos das atividades industriais, agropecuárias, dos serviços e de usos domésticos. A partir daí e feita a sua dispersão para usos específicos das águas tratadas.

¹² Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, nº 357, de 17 de março de 2005, e da Portaria nº 518/04 do Ministério da Saúde.

No Rio Grande do Sul, o tratamento dos esgotos segue o mesmo padrão utilizado com as águas brutas: é dos tipos convencional¹³ e diferenciado¹⁴.

A maioria dos municípios do Rio Grande do Sul é atendida através da prestação de serviços da Companhia Riograndense de Saneamento. Os demais são atendidos pelos próprios municípios, muitos dos quais não dispõem de sistemas adequados de tratamento. Podem-se destacar seis autarquias municipais com sistemas independentes de administração e gerenciamento de água e esgoto: Porto Alegre, Bagé, Caxias do Sul, Pelotas, Santana do Livramento e São Leopoldo.

Torna-se fundamental reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem melhores condições de saneamento canalizando, separando do pluvial, universalizando o serviço, avançando para as áreas rurais e, na mesma proporção, atendendo também à necessidade de disseminar o tratamento diferenciado para os demais pólos industriais do Estado, qualificando o tratamento cloacal com investimentos públicos intensificados, para se tornar seguros e evitar as contaminações ambientais.

3. Síntese dos resultados

Os indicadores dos ODM apontam que o RS apresenta a classificação **Alcançado e A caminho** em sete metas, e, caso se mantenha o desempenho até o momento efetivado, certamente se chegará ao resultado proposto para o ano de 2015. Outras 11 metas estão categorizadas como **Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa**, sendo que, se persistir esse desempenho, não se atingirão os resultados almejados para 2015.

Nas metas relacionadas ao primeiro objetivo, de erradicar a extrema pobreza e a fome, usando como referência, no ano 2000, a população economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade, os resultados do RS mostram que 50,9% das pessoas ocupadas percebiam até um salário

¹³Dentre os processos existentes de tratamento de esgoto, estes são os adotados pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) ao longo dos municípios, selecionados de acordo com o grau de tratamento exigido pelo corpo receptor, ou seja, rios, lagos e outros: lodos ativados - estão em operação nas cidades de Santa Maria, Rio Grande, Canoas, Santo Ângelo e Sapucaia do Sul; tanques Imhoff - estão em operação nas cidades de Torres, Esteio, Cachoeira do Sul e São Gabriel; lagoas de estabilização - estão em operação nas cidades de Rosário do Sul, Santa Rosa, Rio Grande, Cachoeirinha e Gravataí; disposição no solo - estão em operação nas cidades de Capão da Canoa, Xangri-lá, Cidreira e Tramandaí.

¹⁴O tratamento especializa-se na região do Pólo Petroquímico, onde existe o sistema de tratamento dos efluentes líquidos resultantes das atividades operacionais das indústrias do Pólo Petroquímico do Sul, efluentes sanitários da própria unidade Sitel e efluentes descartados do Sistema Centralizado de Resíduos Sólidos do Pólo Petroquímico do Sul (Sicecors). Esses efluentes líquidos constituem duas correntes, orgânicos e inorgânicos. Os orgânicos exigem um tratamento mais complexo através de processos físico-químicos e biológicos (tratamento biológico por aeração prolongada); já o inorgânico é uma corrente mais limpa e necessita apenas de um polimento final. Nas indústrias, os efluentes passam por variados tipos de pré-tratamento, adequando-se ao seu recebimento no Sitel. Existe, na área do Pólo Petroquímico, também a estação de tratamento de água. É um sistema que trata e distribui água para economias localizadas na área do Pólo Petroquímico, tais como indústrias e comunidade vizinha ao sistema. Dá-se através da captação da água bruta do rio Caí por meio de bomba. Essa água é conduzida até a estação de tratamento, para depois ser distribuída. Outro foco de atendimento está situado na Cidade de Gravataí, onde funciona a Central de Tratamento dos Efluentes Líquidos do Complexo Automotivo GM, vinculado ao Sitel. Ela recebe e trata os efluentes líquidos segregados, oriundos do Complexo Automotivo da General Motors. Sua matéria prima-são efluentes industriais, sanitários, oleosos e efluentes oriundos da pintura eletroforética.

mínimo por classe de rendimento nominal mensal. Para os ODM, o indicador utilizado foi o da renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Neste, o RS está categorizado como **A caminho**. Os resultados do RS apontam uma queda na proporção de indivíduos nessa situação, entretanto, mesmo isso sendo positivo, não foi suficiente para causar uma queda na taxa de crianças com baixo peso ao nascer, pois houve um acréscimo na mesma. A categorização do RS no indicador da taxa de crianças com baixo peso, vinculada à meta de redução da fome, indica **Nenhuma mudança ou mudança negativa**.

Na dimensão municipal, 84,4% dos municípios gaúchos vêm reduzindo o número de indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Esses municípios, que abrangem a soma das categorias **Alcançado** e **A Caminho**, correspondem a 52,6% da população total do RS. Mas a situação é de **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa** em 15,7% do total de municípios, o que corresponde a 47,4% da população do Estado, que representam muitos dos municípios mais populosos.

Quanto à meta de reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome, no indicador taxa de crianças com baixo peso ao nascer, a soma das categorias **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa** abrange 75,8% do total dos municípios, o correspondente a 95,2% da população do Estado, sendo que tais municípios apresentam 98,4% dos casos.

Dentro do segundo objetivo de atingir o ensino fundamental universal, os indicadores percentuais de não escolarizados na faixa etária de sete a 14 anos e o de não alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos, mostram que o RS se encontra na categorização **A caminho**.

No plano municipal, 97,4% dos municípios do RS, o correspondente a 96,86% do total da população, categorizam-se como **A caminho** na redução do percentual de não escolarizados na faixa etária de sete a 14 anos, enquanto 79,4% dos municípios do Estado, o equivalente a 94,35% do total da população do RS, mostram redução no percentual de não alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos, sendo também categorizados como **A caminho**.

No terceiro objetivo, voltado à promoção da igualdade entre os sexos e à autonomia das mulheres, o RS possui, na categorização **Alcançado**, duas metas realizadas: eliminar a disparidade entre mulheres e homens no ensino fundamental e entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos. A meta da igualdade entre mulheres e homens no ensino médio encontra-se **A caminho**; no âmbito do ensino superior, a razão entre mulheres e homens encontra-se na categorização **Nenhuma mudança ou mudança negativa**. Quanto ao objetivo de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, os indicadores proporção de mulheres no total de assalariados e mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores estão categorizados como **Avanço lento**.

No âmbito municipal, a meta de eliminar a disparidade entre homens e mulheres no ensino fundamental atinge a categorização **Alcançado** em 55,2% dos municípios gaúchos, ou seja, 83,5% do total da população do RS. O percentual de municípios quanto à equiparação entre mulheres e homens

alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos está nas categorias **Alcançado** e **A caminho** e abrange 76,9% dos municípios, o que corresponde a 94,8% do total da população estadual.

Na busca da promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia da mulher, considerando-se a razão entre mulheres e homens no ensino médio, a soma das categorias **Alcançado** e **A caminho** alcança 54,8% dos municípios do Estado. Esse percentual abrange, por sua vez, 48,3% da população total do Estado. Porém, na soma das categorias **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, estão incorporados 44,8% do total dos municípios, relativos a 51,7% da população total do Estado.

A busca de igualdade de gênero no ensino superior mostra que a soma das categorias **Nenhuma mudança ou mudança negativa** e **Avanço lento** atinge 59,9% do número total dos municípios, pois a razão entre mulheres e homens é mais favorável às primeiras. Esse conjunto de municípios abrange 73,8% da população total do Estado.

A soma das categorias **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa** mostra a dificuldade de a maioria dos municípios alcançar a meta de eliminar as disparidades entre os gêneros no que respeita aos salários. Essa soma abrange 62,3% do total dos municípios, o correspondente a 58,2% da população do Estado. Para promover a igualdade, esses municípios precisariam aumentar em 27,6% a oferta de novos empregos. Cabe ressaltar que, das mulheres assalariadas, 41,9% têm até o ensino médio incompleto. A escolarização revela uma posição melhor, na formação de nível superior, para 3,1% dos trabalhadores do sexo feminino, mas metade destes não alcança o piso salarial de seis salários mínimos das categorias profissionais de trabalho de nível superior, o que revela a necessidade da melhoria do nível dos salários para as mulheres trabalhadoras.

A maioria dos municípios, 57,4% do total, o equivalente a 66,3% da população do Estado, possui baixa participação feminina nas câmaras municipais, podendo ser categorizadas como **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, o que evidencia uma tendência a não atingirem a meta estipulada de equilíbrio na representação política, em que pese o acréscimo de vereadoras no período considerado.

Quanto ao quarto objetivo, de redução das taxas de mortalidade infantil e da de menores de cinco anos, o Estado encontra-se na categoria **Avanço lento**.

No caso de mortalidade de menores de cinco anos, a soma das categorias **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa** abrange 52,3% do total dos municípios, com 83,5% dos casos. Esses municípios correspondem a 73,1% da população total do Estado. No caso da mortalidade infantil de menores de um ano, há um leve acréscimo no número de municípios — 50,6% do total do Estado, compondo 23,1% da população total — que estão nas categorias **Alcançado** e **A Caminho**. Todavia 49,4% deles encontram-se nas categorias **Avanço lento** e **Nenhuma mudança ou mudança negativa**. Esses municípios participam com 87,6% dos casos de mortalidade de menores de um ano e abrangem 76,9% do total da população do Estado.

Quanto ao quinto objetivo, de melhorar a saúde materna, o RS alcança a categoria **Nenhuma mudança ou mudança negativa**. Somente 13,1% do total dos municípios somam a categoria

Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa, porém concentram 99,0% do número de casos de mortalidade materna; esses municípios correspondem a 61,0% da população do Estado.

Quanto ao sexto objetivo, o de combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, o RS alcança a categoria **Nenhuma mudança ou mudança negativa**. Em relação à reversão da propagação de doenças importantes, como a tuberculose, a categorização do RS é **Avanço lento**. Do total dos municípios gaúchos, apenas 10,1% são responsáveis por 98,1% da incidência por HIV/AIDS em mulheres de 15 a 24 anos, abrangendo, por outro lado, 56,4% da população total do Estado. Em relação à incidência de AIDS por municípios, 34,3% dos municípios obtiveram a categorização **Nenhuma mudança ou mudança negativa**, além de concentrarem 99,6% dos casos, o que afeta 82,8% da população do RS.

No combate à tuberculose, 85,7% do total dos municípios atingiram a categoria **Alcançado e A caminho** e apresentam 34,6% de todos os casos da doença. Esses municípios abrangem 62,5% da população total do Estado. Os que obtiveram as categorizações **Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa** correspondem a 14,3% dos municípios do Estado. Esses municípios, que abrangem 37,5% da população total do Estado, concentram 65,4% dos casos de tuberculose.

No que diz respeito ao sétimo objetivo, o de garantir a sustentabilidade ambiental, com a meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso a uma fonte segura de água ligada à rede geral e sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial, o RS alcança as categorias **A caminho e Avanço lento** respectivamente.

Na situação de vir a atingir ou manter a meta já alcançada de redução da população sem acesso a uma fonte segura de água ligada à rede geral, encontram-se 51,6% do total dos municípios, percentual que é a soma das categorias **Alcançado e A Caminho**. Esse percentual corresponde a 53,3% da população total do Estado. Os demais municípios estão classificados na categoria **Avanço lento**.

Em relação ao limite da meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial, 89,5% do total dos municípios estão classificados como **Avanço Lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa**. Ficam, assim, excluídos 69,6% da população total do Estado, comprometendo-se a possibilidade de se alcançar o patamar estipulado, mantido o ritmo das políticas públicas passadas.

Anexo

Objetivos, metas e indicadores de desenvolvimento do milênio - 1990-15

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
Erradicar a extrema pobreza e a fome.	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$1,00 PPC/dia.	Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares <i>per capita</i> inferiores a meio salário mínimo.
	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.	Taxa de crianças com baixo peso ao nascer (por 100).
Atingir o ensino fundamental universal	Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino fundamental.	Percentual de não escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos.
		Percentual de não alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.	Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível, até 2005, e, em todos os níveis de ensino, no mais tardar, até 2015.	Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental.
		Razão entre mulheres e homens no ensino médio.
		Razão entre mulheres e homens no ensino superior.
		Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.
		Proporção de mulheres no total de assalariados.
		Proporção de mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores.
Reduzir a mortalidade infantil.	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos.	Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (por 1.000).
		Taxa de mortalidade infantil (por 1.000).

(continuação)

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES
Melhorar a saúde materna.	Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	Taxa de mortalidade materna (por 100.000).
Combater o HIV/AIDS, a tuberculose e outras doenças.	Até 2015, deter e começar a reverter a propagação da AIDS.	Taxa de incidência de HIV/AIDS entre as mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos (por 100.000).
		Taxa de incidência da AIDS por município (por 100.000).
	Reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015.	Taxa de mortalidade ligada à tuberculose (por 100.000).
Garantir a sustentabilidade ambiental	Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura.	Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral.
		Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003.

BRASIL. Lei do Parcelamento do Solo Urbano de nº. 6766 de 19/12/1979. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6766.htm>. Acesso em: 04 mar.2006

BRASIL. Lei n. 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L6766.htm>. Acesso em: 04 mar.2006

BRASIL. Portaria nº. 518, de 25 de março de 2004 do Ministério da Saúde. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2006.

BRASIL. Resolução nº. 357, de 17 de março de 2005 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2006.

CORSAN: Disponível em: <www.corsan.com.br/Sistemas/Sistemas.htm>.

DATASUS, 1991, 1995, 2000 e 2004. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>. Acesso em 30 jun. 2006.

ESTATÍSTICAS DA SAÚDE: mortalidade 1992. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Acesso em: 03 mar. 2006.

- ESTATÍSTICAS DA SAÚDE: mortalidade 1995. Porto Alegre: Secretaria da Saúde, 1995; Rio Grande do Sul. Acesso em: 03 mar. 2006.
- ESTATÍSTICAS DA SAÚDE. Mortalidade 2000. Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Saúde, 2000. Disponível em: <www.saude.rs.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2006.
- ESTATÍSTICAS DA SAÚDE. Mortalidade 2005. Rio Grande do Sul Secretaria de Estado da Saúde, 2005. Disponível em: <www.saude.rs.gov.br> Acesso em: 03 mar. 2006.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Estimativas de população para 1995 e 2005. FEE/NIS. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_02.php>. Acesso: 03 mar. 2006.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Data de criação do município. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios.php>. Acesso: 03 mar. 2006.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Núcleo de Indicadores Sociais. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio nos municípios do RS**. Porto Alegre, Fórum RS; FEE, 2007. CD-ROM: il., mapa.
- IBGE. **Censo Demográfico** 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- IBGE. **Censo Demográfico** 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- IBGE. **Censo Demográfico** 1991: microdados da amostra Rio Grande do Sul; questionário da amostra. Rio de Janeiro, 2006. 1 CD-ROM.
- CONTAGEM da população 1996: sistema de informações municipais (1997). Rio de Janeiro: 4IBGE. 2v.CD-Rom.
- IBGE-SIDRA (2000). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1973>>. Acesso em: 4 mar. 2006.
- IBGE-SIDRA (2000). Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1553>>. Acesso em: 4 mar. 2006.
- LEGISLAÇÃO do salário mínimo: Disponível em: <www.diese.org.br/esp/salmin_2.xml>. Acesso em: 04 mar.2006.
- PNUD. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php>>. Acesso em: 03 mar. 2006
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (1991; 1995; 2000; 2004). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno)
- RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (1992; 1996; 2000; 2004). Porto Alegre.